



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

ACÓRDÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0002173-18.2011.815.0131.

ORIGEM: 3ª Vara da Comarca de Cajazeiras.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

EMBARGANTE: Rogéria Maria de Lira Silva e outros.

ADVOGADO: Hugo Moreira Feitosa e outro.

EMBARGADO: Keylha Regina Correia de Sousa.

ADVOGADO: Thiago Medeiros Araújo de Sousa.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. PRELIMINAR. NULIDADES ARGUIDAS. 1) AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. HIPÓTESE DE INTERVENÇÃO OBRIGATÓRIA NÃO CONFIGURADA. 2) DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE TODAS AS TESES RECURSAIS. REJEIÇÃO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÕES E OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO EM SEDE DE EMBARGOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO MERAMENTE PROTETATÓRIO. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. É dispensável a atuação do Ministério Público nas ações declaratórias de união estável, onde não houver cumulação de ações que envolva interesse de menor ou incapaz, nos termos do art. 82, do CPC, c/c o art. 5º, IV, da Recomendação nº 16/2010, do CNMP.
2. Fundamentando a decisão de forma clara e suficiente, não está o magistrado obrigado a se pronunciar sobre todas as teses e dispositivos legais suscitados pelo recorrente. Precedentes do STJ.
3. Os Embargos de Declaração que, a pretexto de sanar inexistentes contradições e omissões, instauram nova discussão a respeito de matéria expressa e coerentemente decidida pelo Acórdão embargado não de ser rejeitados.
4. A oposição infundada dos Embargos de Declaração caracteriza a interposição de Recurso com o propósito manifestamente protetatório, impondo a aplicação de multa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

VISTOS, examinados, relatados e discutidos os presentes Embargos Declaratórios na Apelação Cível n.º 0002173-18.2011.815.0131, em que figuram como Embargantes Rogéria Maria de Lira Silva e outros e Embargada Keylha Regina Correia de Sousa.

ACORDAM os Membros da Colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, seguindo o voto do Relator, à unanimidade, **em conhecer os Embargos de Declaração e rejeitá-los, aplicando-se aos Embargantes multa de 1% sobre o valor da causa.**

VOTO.

Rogéria Maria de Lira Silva e outros opuseram **Embargos de Declaração** contra o Acórdão de f. 253/253-v, que negou provimento à Apelação por eles interposta, mantendo a Sentença prolatada pelo Juízo da 3ª Vara da Comarca de Cajazeiras, f. 181/184, nos autos da Ação de Reconhecimento de União Estável ajuizada por **Keylha Regina Correia de Sousa**, que julgou procedente o pedido e declarou a existência de união estável entre a Autora e o falecido José Rivaldo Ferreira Linhares, desde 2008 até 11 de julho de 2011, data do óbito.

Em suas razões recursais, f. 256/294, arguíram preliminar de nulidade da Decisão por ausência de manifestação ministerial e de fundamentação, alegando, no mérito, que o Acórdão incorreu em contradição e omissão por não observar que os documentos colacionados aos autos e o depoimento de duas testemunhas comprovariam que o falecido não se encontrava separado de fato da Embargante Rogéria Maria de Lira Silva, com quem era civilmente casada, o que afastaria a possibilidade de a união estável ser reconhecida pelo Juízo, e estar em confronto com os artigos 1.521, VI, e 1.723, § 1º, do Código Civil.

Pugnaram pelo acolhimento dos Aclaratórios para que sejam corrigidos os supostos defeitos apontados e prequestionados os referidos dispositivos legais, possibilitando a interposição de Recurso à instância superior.

Intimada, f. 297, a Embargada não contrarrazoou, Certidão de f. 298.

É o Relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso.

As hipóteses de intervenção obrigatória do Ministério Público encontram-se discriminadas de forma taxativa no artigo 82, do CPC¹, e o artigo 5º, IV, da Recomendação n.º 16, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 28 de abril de 2010, dispensa expressamente a atuação ministerial nas ações declaratórias de união estável em que não haja a cumulação de ações que envolva interesse de menor ou incapaz², razão pela qual tem-se por prescindível, neste caso, a sua manifestação.

Quanto à alegação de ausência de fundamentação, o STJ³ já consolidou o

1 Art. 82. Compete ao Ministério Público intervir:

I - nas causas em que há interesses de incapazes;

II - nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;

III - nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

2 Art. 5º. Perfeitamente identificado o objeto da causa e respeitado o princípio da independência funcional, é desnecessária a intervenção ministerial nas seguintes demandas e hipóteses:

[...]

IV - Ação declaratória de união estável, onde não houver cumulação de ações que envolva interesse de menor ou incapaz;

3 PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. De acordo com a norma prevista no art. 535 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida. 2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a

entendimento de que não é necessário que a Decisão pormenorize todos os argumentos sustentados pelas partes, sendo suficiente que a conclusão esteja de acordo com as premissas, para que seja afastada a nulidade.

O Acórdão embargado enfrentou de forma expressa, clara e coerente, embora concisa, as questões trazidas na Apelação, concluindo que foram produzidas provas suficientes para demonstrar que a Promovente encontrava-se em união estável com o falecido José Rivaldo Ferreira Linhares, que estava separado de fato da Promovida Rogéria Maria de Lira Silva, f. 253-v, **razão pela qual rejeito a preliminar de nulidade.**

Rejeitada a preliminar, passo à análise do mérito recursal.

Diversamente do alegado pelos Embargantes, não houve contradição ou omissão na Decisão embargada.

Os Embargantes sustentam a existência de contradição e omissão no Acórdão, ao fundamento de que a documentação acostada aos autos demonstra que o falecido José Rivaldo Ferreira Linhares não havia se separado de fato da Embargante Rogéria Maria de Lira Silva.

O Acórdão deixou evidente que a apreciação dos documentos que se encontram nos autos e dos depoimentos das testemunhas ouvidas em Juízo foram preponderantes para a conclusão de que não havia impedimento para a existência da união estável alegada pela Promovente, tendo sido suficientemente comprovado que o finado José Rivaldo Ferreira Linhares estava separado de fato de sua esposa, f. 253-v.

No que concerne ao contrato de locação de f. 27, que não foi objeto de impugnação na instrução processual, a ausência da assinatura da Embargada não afasta a sua capacidade comprobatória da união estável reconhecida pelo Juízo, uma vez que consta expressamente o nome da Autora como cônjuge do falecido subscritor José Rivaldo Ferreira Linhares.

controvérsia posta no recurso. 3. Decidiu-se, com efeito, que o entendimento consignado na decisão que julgou o recurso especial, concluindo pela aplicação do teor da Súmula 7/STJ, não colide com o disposto no Resp 1.114.780/SC. No caso dos autos, o Tribunal de origem manifestou-se pela ausência de notificação do executado diante do reconhecimento de nulidade da notificação via edital, que somente pode ser admitida em hipóteses excepcionais, não verificadas no presente feito, impondo-se ao exequente, por isso, o ônus de comprovar a regularidade da notificação. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 290.599/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 10/09/2013, DJe 18/09/2013).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O julgador não está obrigado a analisar todos os argumentos invocados pela parte quando tenha encontrado fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, não ocorrendo, assim, afronta ao art. 535 do CPC. 2. O relator está autorizado a decidir monocraticamente recurso fundado em jurisprudência dominante (CPC, art. 557, caput e § 1º-A). Ademais, eventual nulidade da decisão singular fica superada com a apreciação do tema pelo órgão colegiado em sede de agravo interno. 3. O recurso especial interposto para desconstituir os pressupostos fáticos adotados pelo acórdão recorrido encontra óbice na Súmula n. 7 desta Corte. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no AREsp 34.360/RJ, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 15/08/2013, DJe 21/08/2013)

Pretendem os Embargantes, na verdade, rediscutir o mérito expressamente decidido, providência vedada nesta estreita via recursal⁴.

Ausentes quaisquer dos requisitos de admissibilidade dos Embargos de Declaração, o caráter prequestionatório que os Embargantes desejam emprestar-lhe não tem como ser acolhido, já que o aludido Acórdão dissecou toda a matéria discutida, inexistindo, portanto, qualquer eiva de contradição ou obscuridade a ser sanada.

A interposição de Embargos Declaratórios sem que haja, de fato, a presença de algum dos requisitos do art. 535 do CPC, procedimento que virou rotina na tramitação dos recursos em todas as instâncias, afastando-se da real finalidade dos aclaratórios, de máxima importância para a integralização dos julgados, instalando-se uma nova via de discussão da matéria já enfrentada, é de ser entendida como procrastinatória para os efeitos de aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538, do CPC, uma vez que, além de obrigar o órgão julgador a se debruçar novamente sobre o que já foi decidido para rebater a infundada alegação, provoca, por força da própria norma reguladora dos embargos, a interrupção dos prazos recursais, retardando, por conseguinte o andar do processo e, por via de consequência, a efetivação da prestação jurisdicional já efetuada.

Posto isso, considerando que os Embargos de Declaração foram interpostos apenas para ensejar a rediscussão da matéria, rejeito-os, declarando-os protelatórios, e aplico aos Embargantes a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, que fixo em 1% sobre o valor da causa, em benefício da Embargada.

É o voto.

Presidiu o julgamento, realizado na sessão ordinária de 27 de janeiro de 2015, com voto, o Exm.º Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, dele participando, além de mim, Relator, o Exm.º Des. João Alves da Silva. Presente à sessão a Exm.ª Procuradora de Justiça convocada Marilene de Lima Campos Carvalho.

Gabinete no TJPB em João Pessoa, 28 de janeiro de 2015.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator

4 PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. TENTATIVA DE REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. Nos termos do art. 535 do CPC, os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar no julgamento obscuridade ou contradição ou quando o julgador for omissor na análise de algum ponto. Admite-se, por construção jurisprudencial, também a interposição de aclaratórios para a correção de erro material. 2. "A omissão a ser sanada por meio dos embargos declaratórios é aquela existente em face dos pontos em relação aos quais está o julgador obrigado a responder; enquanto a contradição que deveria ser arguida seria a presente internamente no texto do acórdão embargado, e não entre este e o acórdão recorrido. Já a obscuridade passível de correção é a que se detecta no texto do *decisum*, referente à falta de clareza, o que não se constata na espécie."(EDcl no AgRg no REsp 1.222.863/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 13/6/2011). 3. Embargos manejados com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa já devidamente decidida. 4. Embargos de declaração rejeitados (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 94.437/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012).